



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de preços para futura e eventual Contratação de empresa especializada para prestação de **serviços de segurança desarmada, brigadista e equipe de apoio** para atuação em eventos públicos realizados e/ou apoiados pela Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo do município de Guaraciaba - MG, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE 01 – EQUIPE DE APOIO					
ITEM	ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS	UNID.	QUANTID.	VR UNIT	VR TOTAL
01	EQUIPE DE APOIO – HORA TRABALHADA/PROFISSIONAL - Prestação de serviços de equipe de apoio operacional para atuação em eventos, compreendendo o controle de entrada e saída do público, organização de filas e do fluxo de pessoas, orientação aos participantes, apoio na preservação e zelo pelos equipamentos, estruturas e espaços utilizados, bem como comunicação imediata à coordenação do evento e à Polícia Militar de situações que exijam intervenção da força pública, vedada a execução de atividades típicas de segurança privada, vigilância ostensiva, abordagem coercitiva, revista pessoal, contenção física ofensiva ou qualquer ação que implique exercício de poder de polícia. Os profissionais deverão estar portando uniformes na cor preta, identificados, utilizando todos os materiais e equipamentos necessários para a execução dos serviços. Os colaboradores devem ter idade mínima de 18 anos. A contratada deverá fornecer o serviço com Equipe de apoio masculino e feminino, conforme demanda da contratante. A contratada deverá fornecer uma lista com a relação dos nomes e dados dos profissionais 3(três) dias anteriores a realização do evento. TODAS AS DESPESAS DE TRANSPORTE, ESTADIA E ALIMENTAÇÃO SERÃO POR CONTA DA CONTRATADA. HORA TRABALHADA/PROFISSIONAL.	Hora/ Profissional	650	38,58	25.077,00
02	EQUIPE DE APOIO - DIÁRIA : Prestação de serviços de equipe de apoio operacional para atuação em eventos, compreendendo o controle de entrada e saída do público, organização de filas e do fluxo de pessoas,	Diária/Profissional	700	269,75	188.825,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



	<p>orientação aos participantes, apoio na preservação e zelo pelos equipamentos, estruturas e espaços utilizados, bem como comunicação imediata à coordenação do evento e à Polícia Militar de situações que exijam intervenção da força pública, vedada a execução de atividades típicas de segurança privada, vigilância ostensiva, abordagem coercitiva, revista pessoal, contenção física ofensiva ou qualquer ação que implique exercício de poder de polícia. Os profissionais deverão estar portando uniformes na cor preta, identificados, utilizando todos os materiais e equipamentos necessários para a execução dos serviços. Os profissionais deverão ser maiores de 18 (dezoito) anos, possuir aptidão compatível com as atividades de orientação ao público, organização de filas, apoio logístico e comunicação de ocorrências, bem como receber orientação prévia da contratada quanto às rotinas do evento, às condutas permitidas e às vedações relativas ao exercício de atividades típicas de segurança privada. A contratada deverá fornecer o serviço com Equipe de apoio masculino e feminino, conforme demanda. A contratada deverá fornecer, com antecedência mínima de 3 (três) dias, lista contendo a relação dos nomes e dados dos profissionais da equipe de apoio que atuarão no evento.</p> <p>DIÁRIA DE 08 HORAS – COM DESPESAS DE TRANSPORTE, ESTADIA E ALIMENTAÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA.</p>				
	VALOR TOTAL - LOTE 01			R\$ 213.902,00	
LOTE 02 – SEGURANÇA DESARMADA					
03	<p>SEGURANÇA DESARMADA – Prestação de serviços de segurança desarmada, com profissionais devidamente uniformizados, capacitados para a prestação dos serviços, com credenciamento vigente junto à Polícia Federal, conforme a legislação aplicável. Os profissionais serão disponibilizados em quantitativo conforme a necessidade de cada evento, sendo a equipe composta por profissionais de ambos os sexos, com formação de vigilante e certificação válida.</p> <p>DIÁRIA DE 08 HORAS - Todas as despesas referentes a transporte, hospedagem,</p>	Diária/Agente	700	354,21	247.947,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



	alimentação e ainda os equipamentos adequados à execução dos serviços, tais como rádio comunicador, detector de metais e demais itens necessários ao desempenho das atividades e todos encargos da equipe serão de responsabilidade da contratada, não sendo admitida cobrança adicional.				
	VALOR TOTAL - LOTE 02			R\$ 247.947,00	
LOTE 03 - BRIGADISTA					
04	<p>BRIGADISTAS – Prestação de serviço de brigadistas para atuar na prevenção de situações de risco e executar salvamentos, protegendo pessoas e patrimônios de incêndios, explosões, vazamentos, afogamentos ou qualquer outra situação de emergência, com o objetivo de salvar e resgatar vidas; prestar primeiros socorros, verificando o estado da vítima para realizar o procedimento adequado; realizar operações preventivas contra acidentes. Instalar e vistoriar equipamentos de prevenção e combate a incêndio. Os brigadistas devem possuir certificado de credenciamento junto ao corpo de bombeiros. Atestado de composição de brigada de incêndio para evento temporário.</p> <p>DIÁRIA DE 08 HORAS - DESPESAS DE TRANSPORTE, ESTADIA E ALIMENTAÇÃO POR CONTA DA CONTRATADA</p>	Diária/Agente	400	248,00	99.200,00
	VALOR TOTAL - LOTE 03			R\$ 99.200,00	
	VALOR TOTAL (LOTE 01 + LOTE 02 + LOTE 03)			R\$ 561.049,00	

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. Os serviços são classificados como comuns, pois seus padrões de desempenho e qualidade que podem ser definidos objetivamente no edital, conforme especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O objeto é classificado como serviço de execução não contínua, de natureza recorrente e demanda variável, cuja prestação ocorrerá sob demanda, conforme a necessidade do setor requisitante.

1.4. A adoção do registro de preços justifica-se, especialmente, pela necessidade de contratações parceladas ao longo do exercício, diante da imprevisibilidade relativa quanto ao número de eventos, datas, duração das partidas e quantitativo de profissionais necessários em cada ocasião. Tal sistema confere maior flexibilidade à Administração, permite a adequação da contratação à demanda real, evita



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



contratações excessivas ou ociosas e assegura maior agilidade na execução dos eventos, sem a necessidade de sucessivos procedimentos licitatórios.

Prazo de vigência

1.5. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados da assinatura do contrato, prorrogável na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. A Minuta do Contrato/ARP, ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Secretaria Municipal de Cultura, Esportes, Lazer e Turismo, bem como a administração municipal, promove e apoia diversos eventos institucionais, culturais, esportivos, recreativos, turísticos, educacionais, sociais e comunitários ao longo do exercício, os quais demandam adequada organização operacional para garantir o bom funcionamento das atividades, a orientação do público e o apoio à coordenação dos eventos.

Os eventos realizados pelo Município variam quanto ao porte, local, duração e público estimado, abrangendo atividades realizadas tanto na zona urbana quanto rural, incluindo festividades tradicionais, campeonatos, apresentações culturais, inaugurações, ações sociais, campanhas institucionais, eventos educacionais, feiras, encontros comunitários e demais atividades promovidas ou apoiadas pela Administração Municipal.

Para assegurar a adequada execução dessas atividades, faz-se necessária a contratação de serviços de segurança desarmada, brigadista e equipe de apoio operacional para eventos, destinados a segurança, controle de acesso, revista, organização de filas e fluxo de pessoas, orientação ao público, apoio logístico, auxílio à coordenação do evento, preservação dos espaços utilizados e comunicação de ocorrências aos responsáveis e autoridades competentes quando necessário.

Trata-se de serviço de natureza eventual e sob demanda, cuja necessidade varia conforme o porte e a complexidade de cada evento. Ressalta-se que as atribuições da equipe de apoio operacional não se confundem com atividades típicas de segurança privada, vigilância ostensiva ou exercício de poder de polícia. A equipe de apoio atuará exclusivamente na orientação do público, organização de filas, apoio logístico, controle administrativo de acesso, comunicação de ocorrências e suporte à coordenação do evento, sendo vedada a realização de revista pessoal, abordagem coercitiva, contenção física, intervenção repressiva ou qualquer conduta própria de agente de segurança. As atividades de segurança desarmada, quando necessárias, serão executadas exclusivamente pelos profissionais do item próprio, observada a legislação específica aplicável à segurança privada.

Ressalta-se que a Administração Municipal não dispõe de quadro próprio suficiente para atendimento das demandas operacionais decorrentes dos eventos promovidos pelas Secretarias Municipais, razão pela qual a contratação mostra-se necessária para garantir organização, eficiência, apoio operacional e adequada execução dos eventos públicos municipais.

2.2. Registra-se que o Município de Guaraciaba/MG possui Plano de Contratações Anual – PCA referente ao exercício de 2026, formalmente elaborado, consolidado e publicado no Portal Nacional de



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



Contratações Públicas (PNCP), no qual a presente demanda encontra-se devidamente prevista, sob o nº 012/2026, em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. Considerando a necessidade de garantir a adequada organização, segurança e apoio operacional nos diversos eventos promovidos, apoiados ou realizados pelo Município de Guaraciaba/MG, bem como assegurar o controle de acesso, orientação ao público, apoio logístico, organização dos espaços, prevenção de riscos e suporte à coordenação das atividades, conclui-se que a solução mais adequada consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de equipe de apoio operacional, segurança desarmada e brigadistas.

A solução proposta decorre da impossibilidade de atendimento integral dessas demandas por meio da estrutura administrativa existente, tendo em vista a inexistência de quadro próprio em número suficiente e com qualificação específica para execução das atividades requeridas, além do caráter eventual, sazonal e variável dos eventos realizados pela Administração Municipal. O levantamento de mercado demonstrou, ainda, a existência de empresas especializadas aptas a executar os serviços com qualidade, regularidade e custos compatíveis com os praticados pela Administração Pública.

A contratação por meio de pregão eletrônico, sob o Sistema de Registro de Preços, mostra-se a alternativa mais eficiente e adequada, uma vez que o objeto possui natureza comum, com padrões de desempenho, requisitos de qualificação, forma de execução e resultados esperados passíveis de definição objetiva no instrumento convocatório, favorecendo a ampla competitividade e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se pelas características da demanda, que exige contratações parceladas e sucessivas ao longo da vigência da ata, em razão da realização de diversos eventos esportivos, culturais, sociais, turísticos, educacionais e institucionais promovidos ou apoiados pelo Município. Além disso, a necessidade dos serviços está diretamente relacionada às características específicas de cada evento, tais como porte, público estimado, duração, local de realização, exigências dos órgãos de fiscalização e condições operacionais, fatores que podem variar ao longo da execução contratual. Nesse contexto, o Sistema de Registro de Preços proporciona maior flexibilidade administrativa, permitindo que as contratações ocorram conforme a necessidade efetivamente verificada, evitando a contratação de quantitativos superiores aos necessários, reduzindo riscos de desperdício de recursos públicos e assegurando maior agilidade no atendimento das demandas da Administração, sem a necessidade de instauração de sucessivos procedimentos licitatórios, e ainda sem obrigação de contratação integral dos quantitativos estimados, sendo os serviços executados sob demanda, mediante emissão de Ordem de Serviço.

A solução contempla, ainda, a contratação de empresas regularmente constituídas e habilitadas para a execução dos serviços, com disponibilização de profissionais devidamente capacitados, uniformizados e identificados, bem como o fornecimento de todos os equipamentos, materiais, transporte, alimentação e demais recursos necessários à adequada execução contratual, permanecendo sob responsabilidade da contratada os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e operacionais decorrentes da prestação dos serviços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



A contratação será realizada por meio de Sistema de Registro de Preços, sem obrigação de contratação integral dos quantitativos estimados, sendo os serviços executados sob demanda, mediante emissão de Ordens de Serviço, conforme as necessidades efetivamente identificadas pela Administração.

Dessa forma, a solução delineada mostra-se tecnicamente viável, operacionalmente adequada e economicamente vantajosa, atendendo de maneira proporcional às necessidades da Administração e alinhando-se ao planejamento institucional, às condições do mercado, à legislação vigente e aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público, contribuindo para a realização segura, organizada e eficiente dos eventos promovidos ou apoiados pelo Município.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. A execução dos serviços deverá observar práticas que minimizem impactos ambientais, tais como a correta destinação de resíduos eventualmente gerados durante os eventos e a adoção de condutas responsáveis no uso dos recursos públicos.

Requisitos

4.2. Os serviços pretendidos enquadram-se na categoria de serviços comuns, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado, nos termos do art 6º, XIII, da Lei Federal 14133/2021.

4.3. **Portanto, temos como requisitos básicos para a contratação:**

4.3.1. Empresa devidamente constituída e com objeto social compatível com o ramo pretendido, devendo comprovar, na forma do edital, habilitação jurídica, qualificação técnica, regularidade fiscal, social e trabalhista, bem como qualificação econômico-financeira, conforme art. 62 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem prejuízo das exigências específicas aplicáveis a cada lote.

4.3.2. Considerando a necessidade de experiência prévia para execução dos serviços, os licitantes deverão comprovar aptidão operacional mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica compatível(is) com o objeto licitado.

4.4. **Requisitos segurança desarmada:**

4.4.1. Profissionais de segurança com qualificação compatível com a função exercida;

4.4.2. Os serviços deverão ser executados de forma preventiva, visando garantir a integridade física dos participantes, servidores e patrimônio público;

4.4.3. Os agentes deverão atuar no controle de acesso, prevenção de tumultos, apoio à evacuação de áreas e demais demandas relacionadas à segurança do evento;

4.4.4. Todos os profissionais deverão estar uniformizados, identificados e equipados conforme legislação aplicável;

4.4.5. A contratada deverá observar integralmente a legislação trabalhista e normas pertinentes à atividade de segurança privada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



4.4.6. Para o lote de segurança desarmada, a licitante deverá comprovar regularidade para exploração de atividade de segurança privada, mediante autorização de funcionamento, certificado ou documento equivalente expedido pelo órgão competente, nos termos da Lei Federal nº 14.967/2024 e de seu regulamento, quando exigível para a natureza do serviço. A exigência aplica-se exclusivamente ao serviço de segurança desarmada, não sendo estendida aos serviços de equipe de apoio operacional. A Lei nº 14.967/2024 instituiu o Estatuto da Segurança Privada, e o Decreto nº 13.012/2026 regulamenta regras de autorização, controle e fiscalização dos serviços de segurança privada.

4.5. Requisitos Brigadistas:

4.5.1. Os brigadistas deverão possuir treinamento e certificação compatíveis com as atividades de prevenção e combate a incêndio e primeiros socorros;

4.5.2. Os profissionais deverão atuar preventivamente durante toda a realização dos eventos;

4.5.3. A contratada deverá disponibilizar quantitativo suficiente de brigadistas conforme porte e características do evento;

4.5.4. Os brigadistas deverão estar aptos para atendimento inicial em situações de emergência, evacuação de público e suporte preventivo;

4.5.5. Todos os profissionais deverão estar uniformizados e identificados adequadamente,

4.5.6. A contratada deverá disponibilizar os equipamentos e materiais necessários à adequada execução dos serviços de brigada, em quantidade compatível com o porte e as características de cada evento, observadas as exigências do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais.

4.5.7. Comprovação de regularidade perante o Corpo de Bombeiros Militar, mediante a apresentação de Certificado de Registro de Autorização de Funcionamento.

4.6. Requisitos Equipe de Apoio:

4.6.1. A equipe de apoio deverá atuar na organização, orientação e controle de fluxo de pessoas durante os eventos;

4.6.2. Os profissionais deverão apresentar postura compatível com o atendimento ao público, devidamente uniformizados e identificados;

4.6.3. A contratada deverá garantir substituição imediata de profissionais ausentes ou que apresentem conduta inadequada;

4.6.4. A equipe deverá atuar em conformidade com as orientações da fiscalização contratual e da organização do evento.

4.6.5. A contratada deverá fornecer a fiscalização com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis da realização do evento, a relação nominal e os dados dos profissionais designados para execução dos serviços.

4.7. Requisitos Gerais:



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



4.7.1. Os serviços deverão ser prestados em todo município de Guaraciaba/MG abrangendo tanto a zona urbana quanto a zona rural, nos horários (manhã, tarde e noite) e locais pré-agendados, conforme cronograma e demanda da Secretaria requisitante;

4.7.2. Os serviços deverão ser efetuados por profissionais devidamente capacitados, uniformizados e identificados aptos para exercer a função designada,

4.7.3. Fornecer todos os equipamentos, materiais e recursos necessários à execução dos serviços;

4.7.4. Os profissionais deverão comparecer ao local do evento com antecedência mínima de 15 (quinze) minutos em relação ao horário previsto para início da execução dos serviços, exclusivamente para fins de organização, conferência e alinhamento operacional, não sendo esse período computado para fins de medição ou pagamento;

4.7.5. Correrão por conta do fornecedor todas as despesas relacionadas a prestação dos serviços, como transporte (incluindo descolamento dos profissionais até as comunidades rurais quando for o caso), alimentação, (incluindo lanche e água durante os eventos) e hospedagem de funcionários, entre outras que possam existir, fretes, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.

4.7.6. Cumprir integralmente as legislações vigente para os serviços entre elas a legislação trabalhista, previdenciária e as normas de saúde e segurança do trabalho, incluindo o fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs quando aplicáveis.

Indicação de marcas ou modelos

4.8. Dada a natureza do objeto, consistente na prestação de serviços, não se aplica a indicação de marca, característica ou modelo, por não se tratar de fornecimento de bens ou materiais.

Subcontratação

4.9. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.¹

Garantia da contratação

4.10. Não haverá exigência da garantia da contratação prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de objeto de baixo risco quanto à inadimplência contratual, sendo suficiente, para a Administração, a responsabilização direta da contratada. A exigência de garantia, neste caso, não se revela necessária nem vantajosa, evitando ônus desproporcionais e assegurando a economicidade da contratação.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.11. Não será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para contratação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme previsto no artigo 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e no artigo 8º do Decreto Federal nº 8.538, de 6 de outubro de 2015.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



4.12. A vedação fundamenta-se na natureza dos serviços pretendidos e na necessidade de garantir a adequada coordenação, gestão operacional, padronização da execução e fiscalização dos serviços durante a realização dos eventos promovidos ou apoiados pelo Município.

4.13. A divisão do objeto em cotas poderia resultar na contratação de múltiplos prestadores para execução de serviços interdependentes e complementares, aumentando a complexidade da gestão contratual, da comunicação operacional e da fiscalização dos serviços durante os eventos.

4.14. Considerando as características da contratação, conclui-se que a aplicação da reserva de cotas não se mostra técnica nem economicamente vantajosa para a Administração, nos termos do § 4º do art. 8º do Decreto Federal nº 8.538/2015, uma vez que poderá comprometer a eficiência da execução contratual, a coordenação operacional dos serviços e a adequada fiscalização do objeto, sem trazer benefícios proporcionais ao interesse público.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1.1 Os serviços deverão ser prestados em todo município de Guaraciaba/MG abrangendo tanto a zona urbana quanto a zona rural, nos horários (manhã, tarde e/ou noite) em locais pré-agendados, uma vez que os eventos poderão acontecer em espaços diversos situados na zona urbana e ainda nas comunidades rurais do município, em qualquer dia da semana, inclusive sábado, domingos e feriados.

5.1.2 A execução dos serviços será iniciada mediante emissão de Ordem de Serviço pela Secretaria demandante, a qual formalizará a solicitação do atendimento conforme a necessidade da Administração.

5.2. O cronograma, contento os horários e os locais do evento, será encaminhada pela Secretaria Municipal de Cultura, Esportes, Lazer e Turismo, por meio eletrônico ou pessoalmente, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias antes do início do evento.

5.3. Qualquer alteração no cronograma (alteração da data, horário, cancelamento entre outro), deverá a Secretaria, comunicar a contratada em até 24 horas antes da data do evento.

5.4. Os serviços de segurança não armada, brigadista e equipe de Apoio deverão ser efetuados por profissionais capacitados, devidamente uniformizados e aptos para exercer a função designada.

5.5. As despesas que diretamente ou indiretamente incidirem sob a prestação dos serviços como seguros, transporte, alimentação, hospedagem, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários e demais, correrão por conta da empresa a ser contratada.

5.6. A solicitação dos serviços será feita de forma fracionada de acordo com a necessidade desta secretaria.

5.7. A empresa a ser contratada só poderá executar os serviços licitados mediante envio de Ordem de Serviço do Setor Requisitante ou do Setor de Compras da Prefeitura Municipal de Guaraciaba MG, sob pena de sofrer as sanções legais e não lhe ser pago o valor.

5.8. A empresa a ser contratada deverá apresentar profissionais capacitados, uniformizados e com todos os equipamentos necessários para atender as respectivas demandas dos eventos selecionados.

Especificação da garantia do serviço



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



5.9. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. Considerando a natureza sob demanda e a baixa complexidade dos serviços, não será exigida a designação formal de preposto exclusivo pela Contratada, sendo suficiente que esta indique pessoa de contato responsável pela interlocução com a Administração, previamente cadastrada junto ao fiscal do contrato.

6.7. A pessoa de contato ficará responsável por receber as ordens de serviço, alinhar as demandas operacionais, comunicar situações excepcionais e garantir atendimento eficiente às solicitações emitidas pela Administração.

6.8. A Administração poderá, sempre que necessário, solicitar a troca da pessoa de contato, nos casos de falha na comunicação ou descumprimento das atribuições, sem prejuízo da regular execução contratual.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A fiscalização da execução contratual será exercida por representante designado pela Secretaria Municipal de Cultura, Esportes, Lazer e Turismo, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, cabendo-lhe acompanhar e registrar as ocorrências relacionadas à execução do objeto, bem como adotar as providências necessárias para a fiel observância das condições avençadas.

6.9.1 Para fins desta contratação, fica designada como fiscal do contrato a servidora **Damaris Venceslau de Souza**, que atuará como responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços.

Fiscalização Técnica



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Fiscalização Administrativa

6.17. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.18. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.19. Cabe ao gestor do contrato:

6.19.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.19.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



6.19.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.19.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.19.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.19.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.19.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.19.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.19.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.19.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A medição dos serviços será realizada exclusivamente com base na quantidade efetivamente executada, conforme as Ordens de Serviço emitidas pela Secretaria Requisitante e devidamente atestadas pelo fiscal do contrato.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada

7.3. O fiscal do contrato verificará a conformidade dos serviços executados em atenção às especificações constantes do Termo de Referência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



7.4. Somente serão consideradas para pagamento os serviços devidamente executados, atestados e compatíveis com as Ordens de Serviço emitidas, sendo vedado o pagamento por serviços não autorizados ou realizados em desacordo com as especificações.

7.5. O pagamento será efetuado após apresentação da nota fiscal/fatura, atestada pelo fiscal do contrato, observados:

7.5.1 prazos legais de pagamento vigentes;

7.5.2 regularidade fiscal da contratada perante os órgãos competentes;

7.5.3 ausência de pendências relativas à execução do objeto.

7.6. Eventuais glosas poderão ser aplicadas sempre que constatadas irregularidades, divergências na quantidade informada, execução inadequada, não conformidade com as práticas de limpeza especificadas ou descumprimento das condições contratuais.

7.7. Não serão admitidos custos adicionais, deslocamentos, acréscimos de valores ou cobranças distintas das previstas no preço unitário contratado, sendo o pagamento sempre limitado ao quantitativo efetivamente realizado.

Recebimento

7.8. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, assim que forem prestados, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato/ata irá apurar a execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.10. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.11. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.12. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.13. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



7.14. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.15. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **05 (cinco) dias**, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.15.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.15.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.15.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.15.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.15.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.16. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.17. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.18. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.19. Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, o prazo para fins de liquidação será de até **10 (dez) dias úteis**, prorrogáveis, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para verificação do cumprimento das exigências contratuais.

7.20. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



7.21. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.22. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.23. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.24. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.24.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.24.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.25. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.26. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.27. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.28. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.29. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.30. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização,



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



mediante aplicação do índice **IPCA** - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo de correção monetária.

Forma de pagamento

7.31. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.32. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.33. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.33.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.34. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.35. Não será permitida a antecipação de pagamento, ainda que parcial, sendo o adimplemento condicionado ao efetivo cumprimento das obrigações contratuais, nos termos e prazos estabelecidos neste Termo de Referência e demais documentos que integram o processo de contratação.

Reajuste

7.36. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA (ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.37. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.38. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.39. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.40. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



7.41. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.42. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.43. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.43.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.43.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.43.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.43.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.44. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVA

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



h) praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

8.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).
- iv. **Multa:**
 1. Moratória de 0,5% (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - i. *O atraso superior a 30(trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*
 2. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “a” a “h” do subitem 12.1, de 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

8.3.1 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.3.2 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

8.3.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.3.4 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.5. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa nas plataformas utilizadas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



8.6. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados nas plataformas serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas

8.7. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.8. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159](#)).

8.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

8.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

8.12. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução [Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#)

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, para Registro de Preços, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**, pelo sistema de registro de preços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será **empreitada por preço unitário**, com pagamento condicionado à **execução e comprovação dos serviços efetivamente demandados e realizados**, conforme quantidades registradas em cada Ordem de Serviço/Registro de Atendimento e atestadas pela fiscalização do contrato.

9.3. Não há garantia de quantitativos ou periodicidade mínima de solicitações pela Administração.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.17. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.20. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de sociedade simples;

9.21. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.22. Não será exigida a apresentação de balanço patrimonial como requisito de habilitação econômico-financeira, tendo em vista a baixa complexidade e a natureza administrativa do objeto, cuja execução não demanda estrutura financeira robusta por parte da contratada.

Qualificação Técnica

9.23. **Lotes 01, 02 e 03:** Comprovação de aptidão para execução de serviços similares, de natureza e complexidade compatíveis com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de **atestado(s) de capacidade técnica** emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.23.1 O fornecedor deverá disponibilizar todas as informações necessárias à verificação da autenticidade dos atestados, inclusive cópia dos contratos que lhes deram origem, endereço atual do contratante e local em que os serviços foram prestados, quando solicitado pela Administração.

9.24. **Segurança não armada:** Para o lote de segurança desarmada, a licitante deverá comprovar regularidade para exploração de atividade de segurança privada, mediante autorização de funcionamento, certificado ou documento equivalente expedido pelo órgão competente, nos termos da Lei Federal nº 14.967/2024 e de seu regulamento, quando exigível para a natureza do serviço.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



9.25. **Brigadista:** Comprovação de regularidade perante o Corpo de Bombeiros Militar, mediante a apresentação de Certificado de Registro de Autorização de Funcionamento.

Disposições gerais sobre habilitação

9.26. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.27. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.28. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.29. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.30. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo total estimado da contratação, que é o máximo aceitável, é de **R\$ 561.049,00 (quinhentos e sessenta e um mil e quarenta e nove reais)**, conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 deste termo.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2 em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3 serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

02.05.02 - 27.812. 0014.2040.0000 - 339039

02.05.02 - 04.695.0010.2114.0000 - 339039

02.05.02 - 04.122.0011.2035.0000 - 339039

02.05.02 - 04.695.0010.2038.0000 - 339039

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

12.2. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

12.2.1 ANEXO I – REGRAS APLICÁVEIS AO INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO AO CONTRATO;

12.2.2 ANEXO II - TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA.

Guaraciaba/MG, 23 de junho de 2026.

Gislene Evangelista Ferreira

Secretário Municipal de Cultura, Esportes, Lazer e Turismo



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



ANEXO I - REGRAS APLICÁVEIS AO INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO AO CONTRATO

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O adjudicatário terá o prazo de **2 (dois) dias úteis**, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato, **Ordem de Fornecimento**, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:
 - 1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;
 - 1.3.2 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 3.1. São obrigações do Contratante:
 - 3.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
 - 3.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
 - 3.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
 - 3.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
 - 3.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;
 - 3.1.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
 - 3.1.7 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



3.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1. A Administração terá o prazo de 10 (dez dias) úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.2 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.5 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.6 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.6.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.6.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.6.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.6.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.6.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



4.1.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.8 Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.9 Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.10 Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.11 Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.12 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.13 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.14 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.15 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.16 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.17 Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;

4.1.18 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.1.19 Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



4.1.20 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

4.1.21 Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

4.1.22 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.23 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

4.1.24 Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.25 Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1 ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2 poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



5.5.3 Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Comarca de Ponte Nova para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA

ESTADO DE MINAS GERAIS

Rua Direita, nº 92, Centro - CEP 35.436-000 - CNPJ 19.382.647/0001-53

Tel.: (31)3893-5130 e-mail: contato@guaraciaba.mg.gov.br



ANEXO II - TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.....

(Nome e Cargo do Representante Legal)